

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N°

DE 2011

(Do Sr. RUI PALMEIRA)

Requer ao Ministro dos Transportes, Senhor Paulo Sérgio Oliveira Passos, informações sobre projetos de obras nas rodovias federais que cruzam Alagoas e, mais especificamente, sobre a duplicação do trecho alagoano da BR 101.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V, § 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro dos Transportes, Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, pedido de informações na forma abaixo relacionada, acerca de projetos de obras nas rodovias federais que cruzam Alagoas e, mais especificamente, sobre a duplicação do trecho alagoano da BR 101:

- I) Qual o estágio de execução, qual orçamento executado até o presente e qual cronograma de trabalhos será seguido na obra de duplicação da BR 101em Alagoas?
- II) Qual o posicionamento e qual ação adotou o Ministério dos Transportes diante de Relatório do Tribunal de Contas da União que apresenta indícios de irregularidades na duplicação da BR 101em Alagoas?
- III) Quais os projetos e quais obras de melhoria o Ministério está executando ou planeja oficialmente executar nas demais rodovias federais que cruzam Alagoas, a saber as BR-104, BR-110, BR-316, BR-416, BR-423 e BR-424?

JUSTIFICATIVA

As denúncias de corrupção no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), integrante do Ministério dos Transportes, assim como o primeiro balanço apresentado em 29 de julho pelo governo federal sobre o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - Fase 2 (PAC 2 – 2011/2014), lançam luzes sobre problemas nacionais com foco em Alagoas.

E estes problemas são, por um lado, o estado precário das rodovias federais BR-101, BR-104, BR-110, BR-316, BR-416, BR-423 e BR-424, nos trechos que cortam a área territorial alagoana de 27.767,7 km², equivalente a 1,8% da Região Nordeste.

E mais grave e especificamente estes problemas se referem à lentidão – ou ao atraso e paralisação – das obras de duplicação do trecho alagoano de uma das mais importantes rodovias do país presente em nosso estado de Alagoas: a BR 101.

Importante ressaltar, em paralelo, que a Pesquisa CNT de Rodovias 2010¹, classifica no quadro geral duas destas rodovias em seus trechos alagoanos como “regulares”: a BR-104 e a BR-316. Ou seja, de acordo com a CNT tais rodovias apresentam precariedades que causam riscos e prejuízos a motoristas.

Retornemos ao caso da BR 101: no primeiro balanço do PAC 2 os dados sobre os investimentos federais nas rodovias alagoanas é inexplicável e danosamente sintético. Neste documento oficial, um único e impreciso mapa indica que as obras de duplicação da BR 101 no trecho entre Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe integram a primeira fase do PAC (PAC 1) e estariam “em execução”.

Curiosamente esta é a única informação sobre o estágio das obras de duplicação do trecho alagoano da BR 101 que o balanço do PAC 2 apresenta. Ademais, em todo o restante do documento, são negligenciados mais dados sobre esta obra vital para o desenvolvimento alagoano.

Necessário frisar que se remontarmos ao passado recente, o balanço de 4 anos da primeira fase do PAC (PAC 1 – 2007/2010) indicava previsão de investimento quadrienal de R\$ 140,3 milhões nesta obra, com previsão deste investimento alcançar a cifra de R\$ 1,5 bilhão após 2010.

Entretanto, ainda com relação ao trecho alagoano da BR 101, os alardeados investimentos parecem não terem se concretizado nas obras prometidas à sociedade.

Transcrevemos abaixo trecho de reportagem produzida pela assessoria de comunicação nacional do DNIT², veiculada no site oficial do órgão em 26 de fevereiro de 2010. Destaque-se que o texto acentua o prazo de dois anos para a conclusão da obra:

Alagoas terá a BR-101 duplicada em dois anos

Obras de duplicação na principal ligação do Estado com o restante do país terão R\$ 1,3 bilhão do Orçamento Geral da União

Para duplicar os 248 quilômetros de extensão da BR-101 no estado de Alagoas, o Governo Federal vai investir R\$ 1,3 bilhão a partir desse ano. Com todo processo licitatório já concluído, o DNIT aguarda apenas a Licença de Instalação, do IBAMA, para colocar as máquinas na pista.

¹ Balanço anual empreendido pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), pelo SEST (Serviço Social do Transporte) e pelo SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte).

² Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/noticias/alagoas-tera-a-br-101-duplicada-em-dois-anos/?searchterm=alagoas>

A duplicação da BR-101 no Estado está dividida em seis lotes de obras que serão executados simultaneamente. A nova pista será construída em pavimento rígido (concreto), garantindo mais tempo de vida útil para a via, onde circulam aproximadamente 7 mil veículos por dia.

Apesar de dar acesso a vários municípios, a BR-101 em Alagoas passa por poucas áreas urbanas. Quando isto ocorre, o projeto de duplicação inclui a construção de vias marginais (como em Teotônio Vilela), e de contornos (como em Novo Lino e Messias).

Com a duplicação serão construídas novas pontes em todo percurso. A rodovia ganhará também acessos mais seguros às usinas de açúcar e viadutos nos principais cruzamentos com outras rodovias. Entre eles, os cruzamentos com a BR-104 no km 70,5 e no km 78,9 (acesso a Maceió); e com a AL-110 (Arapiraca-Penedo) no km 200,1.

Os contratos definem prazo de dois anos para conclusão dos trabalhos, a partir da data de início das obras. O trecho que vai da divisa PE/AL ao km 46,3 está avaliado em R\$ 179 milhões. Será duplicado pelo Consórcio das empreiteiras OAS e Mendes Júnior.

O lote que compreende a extensão do km 46,3 ao km 92,2, cuja licitação foi deserta, será duplicado pelo 2º BEC, por meio de convênio do DNIT com o Exército Brasileiro. Nesse lote, as obras contarão com R\$ 221 milhões.

O trecho seguinte, que vai até o km 139, terá investimento de R\$ 301,1 milhões e ficará a cargo do Consórcio formado pelas empresas Barbosa Mello, Fidens, HAP e Convap. Este mesmo consórcio duplicará o lote seguinte (até o km 170,3) avaliado em R\$ 177,2 milhões.

O penúltimo trecho da rodovia em Alagoas (do km 170,3 ao 212,3) será duplicado pelo Consórcio Litorâneo Alagoas. Nele serão investidos R\$ 292 milhões. No último lote (do km 212,3 até a divisa com Sergipe) as obras serão executadas pelo Consórcio da CR Almeida e a S.A.Paulista. O contrato é de R\$ 188 milhões.

Alagoas tem uma malha rodoviária federal de 915 quilômetros, dos quais 745 são pavimentados e apenas 17 quilômetros são duplicados (BR-104 para a capital). Duas rodovias são fundamentais para o Estado: BR-316, que faz o sentido leste-oeste, com 297 quilômetros de extensão, e BR-101 - que corta o estado de norte a sul. Além de dar acesso a todo o litoral alagoano, a rodovia é a principal ligação com todos os estados da região Nordeste e com a região Sudeste.

[...]

A reportagem acima transcrita é de fevereiro de 2010. Todavia, chegamos a agosto de 2011 com um cenário em nada animador: a obra está praticamente paralisada no trecho alagoano, o balanço do PAC 2 sequer a cita com investimento prioritário para a região ou para o estado de Alagoas, e denúncias de corrupção dão conta de superfaturamento nos preços praticados pelas empreiteiras licitadas para o serviço.

Reportando-se à notícia veiculada nacionalmente pela Rede Globo de Televisão, a imprensa alagoana³ em 27 de julho de 2011 denunciou o suposto esquema fraudulento apontado em Relatório do Tribunal de Contas da União:

TCU aponta superfaturamento de obra do Dnit em Alagoas

Tribunal aponta irregularidades em recuperação de rodovia incluída no PAC

Obras de recuperação da BR-101 em Alagoas foram iniciadas em setembro de 2010

Um novo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), obtido com exclusividade pelo Jornal Nacional, aponta superfaturamento de mais de R\$ 78 milhões em obras do Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes (Dnit).

Ao todo, 73 obras comandadas pelo Dnit em rodovias brasileiras estão sendo fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União. Os técnicos do tribunal já descobriram superfaturamento nos contratos de execução de seis obras. Todas fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em Alagoas, o problema está na conservação e recuperação da BR-101, obra iniciada em setembro de 2010. O TCU apontou indício de sobrepreço de R\$ 9.015.314,85 em itens do Plano Anual de Trabalho e Orçamento (PATO) da rodovia. Auditoria identificou adoção de níveis de esforço superiores aos recomendados no Manual de Conservação Rodoviária do Dnit e aquisição no mercado de materiais existentes na região que poderiam ser explorados pelo executor da obra.

Em junho deste ano, TCU determinou ao Dnit, sob pena de adoção de medida cautelar, que apresente, no prazo de cinco dias, justificativas acerca das irregularidades encontradas na auditoria. Também alertou o órgão no sentido de que a eventual consumação de prejuízos ou o agravamento das irregularidades apuradas em face do prosseguimento da licitação sujeitará os responsáveis às sanções cabíveis.

[...]

A conclusão dos fiscais do TCU é que pelo menos R\$ 78.612.226,00 estão sendo pagos de forma indevida às empreiteiras. A fatia reservada ao Dnit no orçamento geral da União para essas obras dói de quase R\$ 486 milhões.

Por causa do prejuízo aos cofres públicos, o Tribunal de Contas da União já recomendou a paralisação imediata das obras. O levantamento do Tribunal ainda precisa ser analisado pelo Congresso Nacional. Só depois disso, e se o Congresso determinar, é que poderá haver a suspensão dos

³ Disponível em: <http://tribunahoje.com/noticia/1656/politica/2011/07/20/tcu-aponta-superfaturamento-de-obra-do-dnit-em-alagoas.html>

repasses de recursos para as empreiteiras responsáveis pelas obras.

E, finalmente, reconhecendo a paralisação e o atraso nas obras, a presidente Dilma Rousseff afirmou em visita a Alagoas realizada no dia 27 de julho de 2011 que a execução dos trabalhos de duplicação da BR 101 em território alagoano ganharia um “novo cronograma”. A notícia foi destaque na imprensa nacional, em veículos como o jornal O Estado de S. Paulo⁴:

Dilma admite problemas para duplicar BR-101 em AL

MACEIÓ - A presidente Dilma Rousseff disse hoje em Maceió que o governo federal enfrenta problemas nas obras de duplicação da BR-101. Segundo ela, questões indígenas estão atrasando as obras de duplicação da rodovia no trecho que corta Alagoas. "As obras começaram em maio de 2010, mas estão sofrendo problema de continuidade, não com falta de verbas, mas por conta do atraso na liberação de licenças ambientais, autorizando as obras nos trechos que cortam áreas indígenas", esclareceu Dilma.

A presidente acrescentou que o Exército não vai mais participar das obras. "O trecho que seria construído pelo Exército será colocado em licitação", afirmou Dilma, em entrevista às rádios Gazeta e Novo Nordeste AM, no aeroporto de Maceió. Segundo Dilma, um novo cronograma das obras da duplicação da BR-101 será feito, levando em consideração as licenças ambientais que estão para ser concedidas e a escolha da construtora que irá assumir o trecho da rodovia que seria construído pelo Serviço de Engenharia do Exército Brasileiro.

Da leitura da reportagem acima apresentada, causa estranheza a afirmação de Sua Excelência a Senhora presidenta da República de que “*questões indígenas estão atrasando as obras de duplicação da rodovia no trecho que corta Alagoas*”.

Isto porque como é de conhecimento geo-histórico local, na extensão da BR 101 em Alagoas as populações indígenas estão localizadas em pequenos trechos da região norte da rodovia, mais especificamente na porção da BR 101 nos municípios de Joaquim Gomes e Novo Lino.

Portanto, toda a extensão restante (e majoritária) da BR 101 em Alagoas estaria livre de questões relacionadas a conflitos ou pendências para com etnias indígenas. Desta forma, a justificativa etnológica presidencial para a lentidão e para o atraso nas obras de duplicação carece de uma maior clareza e aprofundamento.

Naturalmente que o respeito aos indígenas brasileiros – preceito inscrito e venerável de nossa Carta Magna – deve ser integralmente preservado. Porém

⁴ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+geral,dilma-admite-problemas-para-duplicar-br-101-em-al,77244,0.htm>

ressaltamos que, em nossa visão, o governo federal já teve tempo suficiente para resolver quaisquer impasses neste quesito quanto à duplicação da BR 101 em Alagoas, salvaguardando o direito e o bem estar dos índios e garantindo, simultaneamente, a execução a contento das referidas obras.

Senhor presidente, a sociedade alagoana necessita de um esclarecimento sobre quando terá a BR 101, definitivamente, duplicada em Alagoas, alcançando o mesmo benefício que populações como a de Pernambuco e da Paraíba, que já usufruem de seus trechos de BR 101 devidamente duplicados.

Neste cenário de denúncias, incertezas e tropeços no campo político revelado por escândalos de corrupção envolvendo o DNIT, e no campo operacional expostos pela “economia” de informações sobre os resultados efetivos do PAC 2 na área de infraestrutura de transporte e rodovias em Alagoas, torna-se producente e esclarecedor que esta augusta Casa Legislativa requeira informações do Senhor ministro de Estado dos Transportes acerca destes fatos primordiais.

Informações que versem sobre o estágio e perspectiva de concretização da duplicação da BR 101 e sobre projetos e obras de melhoria nas demais rodovias federais que cruzam Alagoas, a saber as BR-104, BR-110, BR-316, BR-416, BR-423 e BR-424.

Rui Palmeira

Deputado Federal PSDB/AL